

**“FERREIRA GULLAR”:  
ENTRE A GENUINIDADE E A TRANSCRIÇÃO DOS TEXTOS  
EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

*Virgínia Maria Ferreira Silveira Baldow* (UEFS)  
[virginiabaldow@bol.com.br](mailto:virginiabaldow@bol.com.br)

*Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz* (UEFS)  
[rcrqueiroz@uol.com.br](mailto:rcrqueiroz@uol.com.br)

### **1. Introdução**

A partir da década de 1970 e nos anos subsequentes, as políticas governamentais militares brasileiras contribuíram para que o livro didático se tornasse um objeto privilegiado na educação brasileira, tornando-se, inclusive, o organizador dos conteúdos a serem ensinados e das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas (SILVA, 2008). Ao acompanhar o cotidiano da sala de aula, especialmente em escolas públicas, enquanto docente do componente curricular Estágio Supervisionado, é notório que o Livro Didático, doravante LD, ainda exerce uma influência significativa, especialmente na condução do processo de estudo da Literatura. A institucionalização do ensino de literatura se deu historicamente através da mediação, sobretudo ideológica, que o LD exercia e exerce entre o professor e o aluno. A escolha deste tema se deve à constatação de que o LD, enquanto um importante portador de textos literários, apresenta em sua composição textos cuja genuinidade encontra-se comprometida, mediante alterações feitas pelos responsáveis em todas as instâncias de sua elaboração. Tais alterações refletem um total descaso, não somente à canonicidade literária como também ao leitor, às vezes ingênuo e/ou desavisado, em constante interação com os textos nele transcritos.

### **2. Referencial teórico e análise do corpus**

Nas palavras de Silva (2008):

A literatura pode ser tudo (ou pelo menos muito) ou pode ser nada, dependendo da forma como for colocada e trabalhada em sala de aula. Tudo se conseguir unir sensibilidade e conhecimento. Nada, se todas as suas promessas forem frustradas por pedagogias desencontradas (SILVA, 2008, p. 46).

Os desencontros didáticos de que nos fala Silva (2008) já se iniciam nos Livros Didáticos, na forma como os mesmos institucionalizam os

estudos dos textos literários. Sob este propósito, faz-se necessário ressaltar que a história do LD no Brasil se construiu sob uma sequência de decretos-leis e medidas governamentais que se sucedem a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada e sem a correção ou crítica dos demais setores da sociedade (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1989). Com este histórico marcado por Decretos e sob a supervisão de comissões examinadoras, os chamados “Grupos de Trabalho”, instituídos pelo poder público, o LD se instaurou no Brasil a partir do Decreto-lei 1006 de 30/12/1938. Este decreto, conforme acentuam Freitag; Costa e Mota (1989), estabelecia a criação da Comissão Nacional do Livro Didático que, segundo Bomény (1984, p. 3), exercia muito mais uma função de controle político-ideológico que didático. Deste modo, considerando o LD como um formador de opiniões, “sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas de escolarização de um indivíduo.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 121).

É nesse livro didático, historicamente idealizado e construído, que a educação literária brasileira se pauta. Historicamente, a literatura sempre foi vista como educativa, especialmente sob três aspectos: a) pessoal – pois fortalecia determinados ideais próprios do herói que por suas virtudes evidenciava qualidades físicas e morais; b) social – evidenciava o interesse coletivo em detrimento do individualismo; c) político – estimulava a confiança na democracia (ZILBERMAN, 2008). No entanto, em seu percurso até integrar-se ao currículo escolar, especificamente ao LD, a natureza dessa força educativa foi alterada, passando a atender aos objetivos de ratificar a norma linguística nacional e ressaltar as fases da nossa história (ZILBERMAN, 2008).

Osman Lins (apud FREITAG, 2008) traz-nos a seguinte denúncia acerca dos textos literários que compõem os livros – textos de 1965:

A escolha dos fragmentos literários para esses compêndios vem sendo presidida pelo comodismo e pela rotina, pelo desconhecimento quase total de nossas letras, pela ausência completa do senso de valores e por um cabotismo praticado impunemente, às escâncaras (LINS, 1977, p. 130)

Esta situação acentuada por Lins (1977) parece continuar a acontecer, especificamente quanto à genuinidade dos textos da literatura, quando submetidos a análises pautadas nos pressupostos teóricos da crítica textual.

Desde a invenção da imprensa, no século XV, as forças de mercado sempre orientaram a produção de livros. Este século assistiu à formação da “indústria de livros”, os quais transformaram-se em produtos de

distribuição em massa (FISCHER, 2006, p. 253). Com a primeira página impressa com tipo móvel de metal, em Mainz, na Alemanha, em 1450, a era do pergaminho simbolicamente se dobrava diante da era do papel. Até então um manuscrito era um tesouro único e seu conteúdo constava de uma única cópia, em geral cara demais para a maioria. Subitamente, a impressão fez com que a palavra escrita se tornasse onipresente (FISCHER, 2006, p.189). Inicialmente, os tipógrafos seguiam o padrão das leitoras de mão presentes nos manuscritos da época. Porém, com a expansão do novo ofício, o próprio mercado se viu forçado a fazer as devidas adaptações. Com esse avanço, a impressão desenvolveu um comércio autônomo próprio, fazendo com que a produção de cópias à mão terminasse junto com a Idade Média (FISCHER, 2006, p. 192). Desde então, esta invenção que revolucionou o mundo contribuiu decisivamente para que as forças do mercado orientassem a produção e o comércio de livros, o que resultou na formação contínua da “indústria de livros” que, de lá para cá, tem crescido consideravelmente.

É inegável que o advento da imprensa causou uma revolução no mundo, pois, através disto, a palavra escrita tornou-se, como diz Fischer (2008), onipresente. Houve, assim, uma certa democratização do acesso ao impresso, ao livro e, conseqüentemente, à leitura que, até o início dos anos quatrocentos, restringia-se a pequenos grupos (aristocratas, bispos ou patrícios) os quais podiam adquirir os manuscritos em pergaminhos. Porém, a explosão das cópias impressas, aliada aos interesses lucrativos do mercado editorial ocasionou também alguns distanciamentos ocorridos entre os textos originais e os textos reeditados, uma vez que “[...] um texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão (CAMBRAIA, 2005, p. 1)”. Seria esta, então, uma das ocupações essenciais da crítica textual: “[...] a restituição da forma genuína dos textos (*Ibidem*)”. Efetivamente, esta não é uma tarefa simples diante da complexidade de análise de textos impressos em que se percebe muito mais claramente as marcas do editor do que as do autor.

Editor, no caso, entendido não como uma pessoa, mas como o pessoal de uma casa editorial que trabalha com os originais entregues pelo autor: quem inicialmente os lê para emitir um parecer e eventualmente intervém aqui e ali, à mão, é claro, sem nenhuma intenção de que uma nota sua venha a ser incorporada; o digitador, sobre quem é hoje costume recair a culpa pelas imperfeições que venham a ser descobertas; o revisor que divide como anterior aquele ônus; o editor eletrônico [...] o autor do projeto gráfico, o diagramador que executa esse projeto, e a arte final, enfim tantas pessoas quantas põem a mão nos originais desde sua entrada na editora até o produto acabado que o leitor adquire nas livrarias (MEGALE, 1995, p. 135)

Diante desta descrição, que dizer, então, dos textos (editados e reeditados numerosas vezes) presentes nos manuais pedagógicos, especificamente nos LDs de língua portuguesa? Apesar das políticas e dos programas destinados à sua utilização, o LD ainda tem apresentado problemas, especialmente no que se refere à transcrição de determinados textos literários. É notório que muitos desses textos sofrem modificações quando de sua transcrição em LDs em total desrespeito ao Cânone da Literatura Brasileira. Em artigo intitulado “A Fidedignidade dos textos nos LD de Comunicação e expressão no Brasil”, Marlene Gomes Mendes (1986) instiga-nos a refletir sobre esta questão, fazendo um estudo investigativo do estilo, da disposição dos versos, da métrica, do vocabulário, das conotações que são dadas às palavras, da construção sintática, do sentido e/ou coerência, da pontuação, dos títulos dos textos inseridos no livro didático em confronto com os seus originais constantes nas obras dos escritores. Acorados nestas reflexões propostas por Mendes (1986), nossa investigação do *corpus* se pautou em uma análise eminentemente comparativa de três poemas do poeta Ferreira Gullar editados em três livros didáticos, os quais serão identificados da seguinte forma: LD1, LD2 e LD.<sup>117</sup>

O poema intitulado “O Açúcar”, transcrito em dois livros didáticos, aparece com modificações consideráveis em cada livro. No primeiro analisado, LD1, volume destinado à 8ª série, (atualmente 9º ano), observamos que na quinta estrofe, especificamente no terceiro verso, há o acréscimo da expressão “de fome”, observemos:

Texto original:

[...]  
homens que não sabem ler e morrem  
aos vinte e sete anos

Texto transcrito no LD 1 (p. 90-91)

[...]  
homens que não sabem ler e morrem de fome  
aos 27 anos

O acréscimo da expressão destacada sugere, talvez, a ideia de que o verso teria um sentido mais completo, especificando a causa da morte que o eu lírico deixa implícito nas entrelinhas. No verso seguinte, obser-

---

<sup>117</sup> **LD1:** TERRA, E. ; CAVALLETE, F. *Português para todos*. 8ª série. São Paulo: Scipione, 2002. / **LD2:** NICOLA, J. N. *Português*. Ensino Médio. Vol. 3. São Paulo: Scipione, 2008. / **LD3:** FARACO, C. M.; MOURA, F. M. *Português: projetos*. São Paulo: Ática, 2005.

vamos que o número em extenso foi alterado, passando à forma de numeral.

Gomes (1986) acentua que, tratando-se das poesias transcritas no LD, as alterações estão normalmente associadas às questões de disposição gráfica dos textos: “Por isso suprimem-se versos, dois ou três versos se reduzem a um, ou vice versa, um verso se desdobra em dois ou três (GOMES, 1985, p. 163/167)”. Esta situação é notória no mesmo poema supracitado, tratando-se, no entanto, do segundo livro analisado – LD 2 – (p. 366), destinado à terceira série do Ensino Médio. A terceira e quarta estrofes foram reduzidas a uma única estrofe. À última estrofe composta de seis versos foi acrescentado mais um verso com o desdobramento do anterior. Nestes casos, fica evidente que a manutenção da genuinidade dos versos comprometeria a configuração da página, ou seja, compromete-se a originalidade em detrimento da “moldura” da página, como acen-tua Gomes (1986). Sob esta perspectiva, tais alterações desprezam e, portanto, desrespeitam a vontade do autor.

O poema “Não há vagas” também tem sua originalidade ferida no LD3 (p. 400) no que concerne a: a) preocupação com a correção gramatical, ao iniciar o 2º verso com letra maiúscula; b) pontuação: acréscimo de ponto ao final da 1ª estrofe; c) desdobramento de estrofe: a penúltima estrofe é dividida em duas, ficando uma com três versos e outra com quatro, totalizando cinco em vez de quatro estrofes.

O comprometimento da estrofação original continua a acontecer, desta feita, em “Nasce o poeta” quando a 2ª e a 3ª estrofes condensam em uma única. Há, ao final da estrofe, o acréscimo do ponto final, evidenciando o término dos versos. Não há menção de que aquele é apenas um trecho da poesia “Nasce o poeta” o qual é um poema extenso e denso de significações.

### **3. Considerações finais**

Até aqui, temos percebido que, a despeito das revisões e recomendações por que passam os livros didáticos, observamos que os textos literários não têm sido respeitados em sua originalidade. Isto nos causa certo desconforto, enquanto docentes, pois percebemos que a literatura, paradoxalmente, é desvalorizada pelos manuais didáticos que primeiro deveriam primar pelo zelo à genuinidade artístico-literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMÉNY, Maria Helena Bosquet. O livro didático no contexto da política educacional. In: OLIVEIRA, J. B. et all. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fintes, 2005.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Português: projetos*. São Paulo: Ática, 2005
- FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Tradução. Cláudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.
- FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly F. da.; MOTTA, Valéria R. O *Livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. 12. ed. Rio do Janeiro: José Olympio, 2004, p. 156-158.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- MEGALE, Heitor *et all*. *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- MENDES, Marlene Gomes. A fidedignidade dos textos nos livros didáticos de Comunicação e Expressão no Brasil. ENCONTRO DE CRÍTICA TEXTUAL: O MANUSCRITO MODERNO E AS EDIÇÕES, 1., 1985. *Anais...* São Paulo: USP/FFLCH, 1986, p. 163-174.
- NICOLA, José de. *Português*, vol. 3. São Paulo: Scipione, 2008.
- TERRA, Ermani; CAVALLETE, Floriana. *Português para todos*. 8. série. São Paulo: Scipione, 2002.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. Literatura e pedagogia: interpretação dirigida a um questionamento. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Literatura e pedagogia: ponto e contraponto*. São Paulo: Global, 2008, p. 39-54.
- SILVA, Paulo Vinícios Baptista. *Racismo em livros didáticos. Estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.